



ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO
E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PRODUTO 1

PLANO DE

MOBILIZAÇÃO SOCIAL



CONDOESTE

Colatina-ES

2014

Realização

Parceria



PPGES
PROGRAMA DE PÓ-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - UFES

UFES
60
anos

AMUNES
ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ESTUDANTES DA UFES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Saneamento, Hidráulica
e Desenvolvimento Urbano



Patrocínio

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO
E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Realização:



CONDOESTE



PPGES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / UFES



Parceria:



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
*Secretaria de Saneamento, Habitação
e Desenvolvimento Urbano*



Patrocínio:

CAIXA





APRESENTAÇÃO

O presente documento é parte constitutiva das etapas para a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CONDOESTE, refere-se à definição teórico-metodológica e das estratégias previstas para a Mobilização Social, aprovado nos GT's (Grupos de Trabalho) regional e municipais.

Deste modo, este documento está organizado em três momentos. O primeiro apresenta a relevância da participação social na democratização das políticas públicas no Brasil, com destaque para a compreensão deste processo na conquista e afirmação do Direito à Cidade, em seus aspectos teóricos e políticos. A segunda traz em linhas gerais, as diretrizes preconizadas no Estatuto das Cidades (lei 10.257/2001) no que diz respeito aos processos democráticos para a efetivação das políticas urbanas, destacando-se dentre estas, o Saneamento Ambiental. Finalizando, trataremos dos procedimentos metodológicos do Plano de Mobilização Social, considerando as orientações normativas e pedagógicas do trabalho técnico social a ser desenvolvido nos municípios do CONDOESTE.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: Busca e afirmação do Direito à Cidade	2
3. ESTATUTO DAS CIDADES E O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	8
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA OS PLANOS.....	12
5. OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO.....	14
6. CRONOGRAMA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	26
7. RESULTADOS ESPERADOS	Erro! Indicador não definido.
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30



1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.445/2007, que define as diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelece o controle social como um de seus princípios fundamentais tendo em vista que se trata de um conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações sociais e técnicas nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento.

O objetivo deste plano é mobilizar a sociedade para sensibilização e participação no Plano de Saneamento Básico e Resíduos (PMSB) do CONDOESTE, uma vez que é importante que a sociedade se envolva nas discussões que envolvem a temática, tendo a oportunidade de conhecerem e entenderem a situação do saneamento das suas cidades, discutirem as causas dos problemas e buscar soluções coerentes.

Tal projeção pode ser melhor compreendida a partir dos objetivos específicos em relação ao PMSB que seguem abaixo:

- a) Refletir as necessidades e anseios da população no que se refere à água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos (lixo);
- b) Reforçar o caráter democrático e participativo, considerando a função social destas políticas;
- c) Envolver a sociedade durante todo o processo de elaboração do PMSB;
- d) Sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos naturais e estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental;
- e) Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada para o monitoramento desta política.

Sendo assim, percebe-se a importância da participação da sociedade, processo que permitirá elaborar um plano coerente e adequado com a realidade local e capaz de promover a melhoria da qualidade de vida da população local, propiciados por uma melhor prestação dos serviços públicos



de saneamento básico. Afinal, população e poder público, poderão estabelecer metas para o acesso a serviços de boa qualidade e acessíveis, caminhando no sentido de estratégias para se alcançar a chegar à universalização dos serviços de saneamento básico.

Dessa maneira, o PMSB do CONDOESTE, no que concerne à mobilização social, abarcará as seguintes atividades:

- a) Identificação de atores sociais envolvidos no processo de elaboração do PMSB;
- b) Identificação e discussão preliminar da realidade atual dos municípios que compõem o CONDOESTE, no âmbito do saneamento básico;
- c) Audiência Pública, reunião de mobilização com a população e encontros dos grupos técnicos participativos.
- d) Preparação dos municípios para a divulgação da elaboração do PMS em todas as comunidades (rural e urbana), bem como a maneira que será realizada tal divulgação.
- e) Fortalecimento das entidades municipais para o processo de acompanhamento da implementação do Plano.

2. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: Busca e afirmação do Direito à Cidade

O ponto de partida para justificar a relevância da participação social na elaboração, implementação, avaliação e controle social das políticas urbanas está relacionado à relevância do fortalecimento desses espaços para defesa do *Direito à Cidade*, tendo em vista o seu caráter público e fundamental para a sobrevivência e sociabilidade humana contrária à barbárie, hoje instituída no cenário urbano mundial e regional.



O caminho teórico de Henri Lefebvre e outros da matriz crítico-dialética, indicam que as cidades refletem o modelo de produção e de reprodução da sociedade, por isso não guardam somente as propriedades essenciais do capital, mas as amplia de forma mágica. Portanto, o desenho da cidade acompanha a divisão sócio-técnica do trabalho, que se manifesta de forma evidente na posse da terra e seu uso, na segregação entre os bairros e distritos, nas construções, nos serviços, enfim, no *modus vivendi* do lugar. Este modelo da cidade capitalista e privada moldam a racionalidade e a organização espacial, que é permeada pela formação econômica e política das Cidades e se apresenta nas diferenças e desigualdades, no acesso aos recursos naturais, aos bens e serviços, nas formas e manifestações das identidades culturais, na hierarquia dos locais e grupos, nas formas de consumo e na atuação e influência dos grupos sociais, etc. (LEFEBVRE, 1999)

Com este pressuposto, é possível compreender o ciclo de exclusão e segregação do espaço e as condições desiguais do acesso aos bens e serviços no território, por sua vez, geram novos processos de expropriação e marginalização de segmentos populares ao *Direito à Cidade* (LEFEBVRE 2009). Várias situações do cotidiano ilustram este dado do real, tais como: a cisão entre o rural e o urbano, a falta de recursos financeiros para políticas sociais, o acesso ao transporte coletivo, o tempo de deslocamento das periferias para o centro, a ausência de escolas para o público com menor renda e maior necessidade de elevação do grau de instrução para obter oportunidades de trabalho, a falta de infraestrutura em locais onde as moradias são precárias e mais vulneráveis às intempéries ambientais, etc. Estes dados de realidade nos servem como confirmação das contradições existentes na cidade capitalista industrial, que se baseia e se estrutura a partir das relações econômicas de produção.

Cabe destacar, que esta dinâmica vista na perspectiva de totalidade, ocorre da escala do global para o local, eivada por determinações econômicas e políticas internacionais vêm crescentemente influenciando na produção dos territórios.



Tomando por base as formas de regulação do Estado moderno em relação às demandas sociais datada do século XIX, temos hoje um modelo decorrente das tensões que marcaram os interesses antagônicos das classes sociais, que resultaram progressivamente em avanços jurídicos. Portanto, a atual democracia pode ser vista como fruto da correlação de forças na direção e organização da relação entre Estado e Sociedade.

Uma das práticas mais importantes da política democrática consiste justamente em propiciar ações capazes de unificar a dispersão e a particularidade das carências em interesses comuns, e, graças a essa generalidade, fazê-las alcançar a esfera universal dos direitos. Em outras palavras, privilégios e carências determinam a desigualdade econômica, social e política, contrariando o princípio democrático da igualdade, de sorte que a passagem das carências dispersas em interesses comuns, e destes aos direitos é a luta pela igualdade. Avaliamos o alcance da cidadania popular quando tem força para desfazer privilégios, seja porque os faz perder a legitimidade diante dos direitos e também quando tem força para fazer carências passarem à condição de interesses comuns e, destes, a direitos universais. (CHAUÍ, 2005, p.26)

Para efeitos da discussão em tela, consideramos como principal referência no Brasil, as transformações ocasionadas com advento da Constituição Federal de 1988. Esta que demarca a descentralização político-administrativa do Estado brasileiro como diretriz jurídica das práticas da gestão participativa e democrática. Tal processo emerge num contexto em que o debate sobre a opção do Estado ganha a cena pública diante dos “abismos” gerados pela hegemonia da dimensão econômica e desenvolvimentista em detrimento da dimensão humana e social.

Numa concepção gramsciana, “a construção hegemônica do grupo dominante não se restringe às relações de dominação e exploração no terreno da economia, mas remete à formação de uma cultura que torna hegemônica e universal a visão de mundo de uma classe” (MOTA, 2005, p. 32). Disso procede a formação de consensos, que, por um lado, garantem a



governabilidade dentro de padrões mínimos de sobrevivência e de participação formal da classe trabalhadora nos processos decisórios e, por outro, mostram as fissuras do modelo baseado na acumulação de capitais, em que o Estado liberal (hegemônico) revela-se incapaz de suprir as reais demandas da população, ficando mais evidente a impossibilidade de separação entre economia e política, base para a compreensão do real e da ação coletiva emancipatória. (ABREU e PRADO, 2008).

Diante desta perspectiva, a conquista da democracia implica na ampliação e consolidação de garantias e direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, o que pressupõe a distribuição de riquezas socialmente produzidas e o reconhecimento das classes sociais que buscam sua afirmação diante da suposta igualdade social do estado moderno.

Assim, a sociedade ao reivindicar e construir historicamente as políticas públicas, dentre elas as políticas sociais, vislumbra-se como campo de possibilidades, o fortalecimento da democracia em sentido amplo (político, social e econômico), manifestando uma estratégia de tensionamento do modelo social capitalista e explicitando as suas contradições. Já que, o alargamento dos direitos sociais e da construção de uma sociedade baseada na justiça e equidade, pressupõe a superação das desigualdades e a plena expansão dos indivíduos sociais (livre de exploração e opressões). Por isso, um longo caminho se coloca na tarefa de radicalização da democracia neste modelo de produção e reprodução da vida social.

Destarte, é possível afirmar que:

[...] a política social é concebida como uma arena de confronto de interesses contraditórios em torno do acesso à riqueza social, na forma de parcela do excedente econômico apropriada pelo Estado. A política social está em permanente contradição com a política econômica, uma vez que aquela confere primazia às necessidades sociais, enquanto esta tem como objeto fomentar a acumulação e a rentabilidade dos negócios na esfera do mercado. Combinam-se, então, as duas funções básicas do Estado capitalista: criar condições que favoreçam o



processo de acumulação e articular mecanismos de legitimação da ordem social e econômica. [...] O que equivale dizer que as políticas públicas, sociais e econômicas, longe da ideia de consenso social, são expressões de conflitos de interesses das camadas e classes sociais. Posições em confronto na sociedade expressam-se no Estado, privilegiada arena de luta política, em torno das políticas sociais e econômicas, ou seja, segundo os interesses preponderantes em determinadas conjunturas históricas (SILVA, 2004, p. 32).

Trazendo esta análise para a recente história de democratização no Brasil, nos deparamos com a sua principal referência jurídica, uma vez que a Constituição de 1988 consagra a participação social no controle das políticas como um dos objetivos a serem alcançados pelo Estado democrático, sendo um dos princípios que demarca uma nova ordem política na sociedade brasileira a partir do momento em que à sociedade é garantido o direito de formular e controlar políticas, provocando um redirecionamento nas tradicionais relações entre Estado e sociedade. (ABREU e PRADO, 2008)

Um elemento fundamental para o avanço no modelo preconizado constitucionalmente corresponde ao complexo e necessário processo de municipalização como forma de superar os problemas históricos e viabilizar a descentralização das decisões de acordo com interesses locais, além de permitir a continuidade das políticas e contribuir para superação do modelo fisiologista das políticas sociais no âmbito da gestão pública.

Trata-se, portanto, de uma construção de práticas de Estado, que tem maior poder de articular políticas econômicas e sociais, características das concepções de Estado desenvolvimentista (modernização conservadora), marcante no Estado brasileiro ditatorial e ainda, do neoliberalismo predominante nas últimas décadas. As experiências participativas ganharam expressão nas décadas de 80 e 90, nos governos do campo progressista popular. Entretanto, as mesmas colocam-se hoje diante de sérios desafios à sua efetivação, frente ao descenso dos movimentos sociais e o processo de



cooptação da classe em torno do pacto social neodesenvolvimentista presente no Brasil desde o governo FHC, se aprofundando nos governos Lula e Dilma.

Iamamoto (2007), alega que o que está em questão é a capacidade da sociedade buscar em meio às contradições e possibilidades do tempo presente, as respostas efetivas ao agravamento da questão social e ao desmonte do Estado como espaço público e democrático de garantia de direitos universais, frente ao focalismo e privatização dos espaços públicos em curso.

Forças políticas diversas se colocam contraditoriamente nesta dinâmica - de um lado por exigências da democracia formal nos projetos de financiamento do Banco Mundial, visando o controle das massas e a formação do consenso e de outro, as demandas reais da classe trabalhadora - o Estado brasileiro, incorporou na sua forma de governo a participação popular e o controle social, que emergiram no bojo das demandas dos movimentos sociais e da luta por direitos desencadeadas na década de 80 e que culminaram com a descentralização político-administrativa da Constituição de 88. Tal legislação prevê dentre outras, a exigibilidade e institucionalização da criação de instâncias participativas como parte da formulação, controle e avaliação das políticas públicas, bem como pode servir como estratégia para o fortalecimento do regime democrático brasileiro por meio da participação popular, colocando no cenário político a disputa por interesses coletivos mais amplos.

Dessa forma, os instrumentos como Plano Plurianual de Aplicação (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e os planos locais de desenvolvimento passam também a expressar a racionalidade e intencionalidade dos governos em relação ao atendimento das demandas sociais, econômicas e políticas no espaço contraditório e em disputa na esfera pública das cidades.

Além de instrumentos de gestão, incorporam-se nesta dinâmica os conselhos de políticas de defesa de direitos que podem ser definidos como insta a seguir



Os conselhos podem, então, ser avaliados como uma das arenas das quais tem se processado a disputa em torno desses modelos, projetos políticos e por parcelas de poder. Não devem ser tomados como uma instância privilegiada ou de importância crucial, mas compõem o conjunto das instituições, arenas, experiências e práticas com as quais a experiência democrática brasileira tem se realizado (Dagnino, 2003:30). Ao lado das experiências do orçamento participativo, das conferências, plenárias temáticas, audiências públicas, plebiscitos e fóruns, somam-se a conquista desse espaço de tematização das questões sociais, articulação, negociação e decisão. (FERRAZ, 2006, p. 71)

Desde então, outras formas de participação social passam a fazer parte nos processos de elaboração e acompanhamento das políticas sociais no Brasil. Dentre elas, encontram-se as políticas urbanas.

3. ESTATUTO DAS CIDADES E O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Reconhecida pelo avanço jurídico-social, a CF de 88 preconiza a função social das cidades em seus artigos 182 e 183, regulamentados na lei nº 10.257/2001, que dispõe sobre o Estatuto das Cidades. O artigo 1º, afirma que o Estatuto “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulamentam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” (BRASIL, 2001, p.1)

Em conformidade com esta lei, a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, onde um dos princípios do Estatuto trata da gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.



Vale lembrar que a política de saneamento ambiental é parte integrante das políticas de desenvolvimento urbano, juntamente e de forma integrada, à habitação, à mobilidade e o trânsito, à regularização fundiária e o planejamento territorial.

Sabe-se que acesso aos serviços de saneamento básico é condição essencial para se garantir níveis adequados de saúde pública. Os documentos oficiais da política de saneamento básico indicam que o investimento neste setor deve ser, portanto, prioritário, pois resulta em melhoria da qualidade de vida da população e contribui diretamente para a sustentabilidade ambiental.

Nos últimos anos, de acordo com o Ministério das Cidades (2009), o Governo Federal tem investido fortemente no setor, na busca da universalização dos serviços de saneamento básico, que compreendem o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, e a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas, conforme preconiza a Lei nº. 11.445/2007. Segundo a citada Lei, que estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico, cabe exclusivamente ao município formular a Política Pública e elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, atribuição essa indelegável.

Ainda de acordo com esta lei, o Plano deverá abranger toda a área do município (urbana e rural) e abordar os quatro componentes do saneamento básico, e sua existência será condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico. (BRASIL, 2009)

Outra importante orientação normativa diz respeito à Resolução Recomendada nº 75 de 02 de julho de 2009 que estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos planos de saneamento básico.

Importante também ressaltar que a política e o plano são atribuições indelegáveis do titular dos serviços e devem ser elaborados com a participação da sociedade, por meio de mecanismos e procedimentos que



Ihe garantem informações, representação técnica e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico. (BRASIL, 2009, p.35)

Por ser o principal instrumento da política de saneamento básico, **o Plano deve expressar um compromisso coletivo da sociedade em relação à forma de construir o futuro do saneamento no território.** Deve partir da **análise da realidade e traçar os objetivos e estratégias para transformá-la positivamente** e, assim, definir como cada segmento deve se comportar para atingir os objetivos e as metas traçadas.

É com esta compreensão que a mobilização e a participação da população são imprescindíveis para a efetivação deste instrumento, desde a sua elaboração ao seu acompanhamento e avaliação com o controle democrático desta política.

Como já mencionados, os serviços de saneamento estão relacionados de forma indissociável à produção social e reprodução dos sujeitos e sua qualidade de vida, bem como ao processo de proteção dos ambientes naturais, em especial dos recursos hídricos. Nesse sentido, é imprescindível desenvolver ações educativas que possibilitem a compreensão deste como um direito humano inalienável, que deve assegurar-se de forma universal e por isso, a questão exige e estimular a participação popular, engajada e consciente, no enfrentamento desta questão.

Na busca pela universalização dos serviços de saneamento é fundamental estimular um olhar atento à realidade em que se vive, uma vez que para transformá-la é essencial que a população conheça os diferentes aspectos relacionados ao saneamento, participe ativamente dos foros onde são tomadas as decisões sobre as prioridades de empreendimentos e exerça controle democrático ao longo do processo. Para revertermos o panorama socioambiental em que vivemos, é importante explicitar os diversos interesses de atores da sociedade visando enfrentar essa realidade, em que as injustiças



socioambientais estão cada vez mais acirradas e o modelo de privatização se espalha a todas as esferas da vida social. (BRASIL, 2009)

Nesta perspectiva, pressupõe-se o processo de elaboração do Plano como um espaço fundamental para a educação ambiental, em que o controle social é colocado como necessário à implementação da Política de Saneamento, por meio da participação popular em audiências e consultas públicas, licenciamento ambiental e execução dos planos municipais de saneamento básico, nas revisões tarifárias, em órgãos colegiados e no direito à informação dos serviços prestados. (BRASIL, 2009)

Desta forma, a avaliação da sociedade deve ser encarada como um indicador de desempenho e adequação dos serviços de saneamento, reivindicando a transparência das ações e dos processos decisórios, a segurança, a qualidade e a regularidade dos serviços de saneamento.

Tendo em vista a perspectiva de participação social até aqui desenvolvida, **o objetivo central do trabalho de mobilização social é de possibilitar a participação comunitária de forma democrática, para que os moradores possam intervir de forma mais ativa nas decisões** relacionadas ao PMSB. Assim, busca-se a valorização do conhecimento, a convergência e o antagonismo de interesses, bem como a experiência dos diversos sujeitos sociais contribuirão para a elaboração do diagnóstico participativo, de modo a garantir a legitimidade e sustentabilidade aos programas, projetos e ações que deles venham a se desdobrar.

A perspectiva do trabalho ao abordar os diferentes temas que norteiam o Plano que abrange os quatro componentes do Saneamento Básico: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais; visa garantir ainda, a integralidade e a intersetorialidade dos problemas identificados, bem como as suas possíveis soluções. (BRASIL, 2011)



4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA OS PLANOS

Como vimos até aqui, as abordagens participativas apesar de suas contradições e diferentes funcionalidades, são amplamente difundidas e inclusive servem para subsidiar e dar materialidade às orientações normativas das políticas urbanas. Desde a aprovação do Estatuto das Cidades (2001) em várias cidades brasileiras, tendo em vista que “Pelo planejamento territorial, vem se construindo a concepção de que é possível converter a cidade em benefício para todos; pode-se democratizar as oportunidades para os moradores para o uso dos recursos disponíveis de forma democrática e sustentável” (BRASIL, 2005, p.14)

Entretanto, apesar dos avanços, as experiências têm mostrado que muitos destes processos cumprem formal-burocraticamente, a etapa da “participação”, sob um viés de submeter à aprovação final da população os resultados de uma leitura técnica acerca dos Planos. Ou seja, o espaço para a construção coletiva do Plano, é tido como algo distante, restrita aos segmentos dominantes na dinâmica política das cidades. O trabalhador que produz a riqueza social e ocupa o território, é historicamente excluído deste importante processo de decisão dos rumos da Cidade (seja pelo processo, pela linguagem, pela dinâmica, pelo acesso, etc). (ROLNIK, 2002)

Por isso é primordial a presença e o espaço para que a população possa intervir e participar desde a elaboração do Diagnóstico integrado da situação local dos quatro componentes do plano de saneamento básico, a saber:

Abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. De modo a complementar e apresentar pontos de vista diferenciados ao diagnóstico elaborado pelas equipes técnicas, com seus respectivos dados atualizados, projeções e análise do impacto nas condições de vida da população, abordando necessariamente:



- a) As condições de salubridade ambiental considerando o quadro epidemiológico e condições ambientais;
- b) A estimativa da demanda e das necessidades de investimentos para a universalização do acesso a cada um dos serviços de saneamento básico, nas diferentes divisões do município ou região; e
- c) O modelo e a organização jurídico-institucional da gestão, incluindo as formas de prestação dos serviços, os instrumentos e o sistema de regulação e fiscalização, o sistema de cobrança, bem como as condições, o desempenho e a capacidade na prestação dos serviços, nas suas dimensões administrativa, político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, estrutural e operacional, e tecnológica.

Tendo em vista os objetivos propostos para a Mobilização Social, as atividades com a comunidade, serão desenvolvidas por meio de estratégias didático-pedagógicas que privilegiem a compreensão e o diálogo dos participantes acerca dos mesmos conteúdos previstos na legislação, que são, via de regra, pouco conhecidos do público em geral.

Daí, optamos por trabalhar as informações de modo a potencializar o conhecimento prévio dos participantes acerca da realidade local, seus desafios, conflitos e dinâmicas próprias do contexto de cidades de pequeno porte e sua experiência de usos e organização do território, considerando a sua diversidade (urbano, rural, étnica, de gênero, de classe, etc). A abordagem teórica se pauta na metodologia da “práxis”, como afirmam Konder (1992, p. 115):

A práxis é atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.



Com este pressuposto, entende-se que há um potencial subjacente em todos os sujeitos histórico-sociais e que os processos de construção do conhecimento e da própria realidade se dão de forma dialética, visando sobretudo, a construção de novas hegemonias de acordo com interesses populares (GRAMSCI, 2004). Desse modo, a metodologia se pautará em recursos da educação popular, que adota como princípio a criação de espaços para o exercício dos sujeitos na construção coletiva de uma “consciência para si”¹, uma vez que as contradições, a dimensão política (aqui a política entendida como exercício do Ser Social), os interesses universais, são colocados como possibilidade de formação e motivação para ação dos participantes. Portanto, embora a discussão tenha o foco na elaboração do PMSB, a metodologia se propõe como espaço formativo, em sua dimensão ético-política, no sentido de buscar a reflexão do processo “Porque, para que, para quem, como?”, alcançando dessa forma o que Traspadine (2009) sugere como pressuposto do método de trabalho com a população.

A formação política, com base na educação popular, nestes espaços é um elemento constitutivo dos encontros. Com ela, vamos passo a passo, a partir do que os sujeitos trazem, reconsiderando nosso saber coletivo.

Sujeitos que acham que sabem pouco, se reconhecem condescendentes de algo. Sujeitos que acham que sabem um pouco mais, revêem suas posições no encontro com outros. E o sujeito político que emana daí sai revigorado para uma práxis reflexiva e revolucionária. Sai com o ímpeto de aprender fazendo, fazer pensando, construir um processo fincando suas bases em um nós. (TRASPADINE, 2009, p.02)

5. OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO

Passando à operacionalização dos trabalhos, a primeira etapa trata da constituição do GT formado por diferentes segmentos sociais dos municípios.

¹ De acordo com pensamento de Marx, do conceito de “classe em si” e “classe para si”.



Este grupo acompanhará e contribuirá com todas as etapas deste trabalho de mobilização para a elaboração, visando alicerçar as bases para formação de um grupo que no futuro possa realizar o acompanhamento e a avaliação das ações do PMSB.

Deve ser realizado *a priori* um mapeamento dos segmentos e setores organizados da cidade, com o envolvimento dos diferentes segmentos da cidade (urbano e rural). É necessário ainda, definir junto ao GT e gestor as estratégias de comunicação e mobilização popular, de modo a acionar os diversos grupos e comunidades para o processo.

As reuniões de mobilização Social serão desenvolvidas na Sede do Município, onde a população se concentra na área urbana, possui uma concentração maior de entidades, associações, empresas; além de propiciar a mobilidade de moradores dos Distritos do interior de forma mais centralizada.

Estão previstos 3 momentos de mobilização e participação social, a saber: Reunião de abertura com Grupo de Trabalho – GT (Capacitação do GT), Reunião pública na Sede (Mobilização Social 1) e Audiência Pública Municipal (Mobilização Social 2).

A reunião de abertura, tem um momento de capacitação para o GT e uma Conferencia Regional de Saneamento. Consiste na reunião com os Grupos de Trabalho (GT) nomeados para tal fim, os Prefeito dos municípios, os Secretários, os Vereadores, Organizações não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associações, cooperativas, sindicatos, grupos organizados com o intuito de apresentar o Plano de Trabalho e pactuar o Plano de Mobilização Social. Ela será realizada nas dependências da sede do CONDOESTE.

Já a Reunião de Mobilização Popular (mobilização 1) e a Audiência Pública (mobilização 2), serão realizadas nas Sedes dos 16 municípios do CONDOESTE. A finalidade desta mobilização é elaborar de forma participativa o diagnóstico situacional do município, bem como apontar os cenários de



evolução e seu respectivo planejamento estratégico e consolidar Programas, projetos e ações. A etapa das mobilizações será realizada nos espaços públicos cedidos pelas Prefeituras Municipais que compõem o CONDOESTE e terão a participação de Secretários, Lideranças Comunitárias, Municípios, Sociedade Civil Organizada, Câmaras de Vereadores assim como a sociedade interessada.

E, finalmente, a Audiência Pública Municipal, cuja mobilização ocorrerá na sede do município para deliberar a versão final dos Planos Municipais e Regional do CONDOESTE. Neste momento serão discutidas as propostas encaminhadas nas audiências locais, descritas anteriormente e apresentado a Minuta do Projeto de Lei Municipal e Regional do CONDOESTE para apreciação da plenária.

Segue o detalhamento de cada encontro:

- CONFERÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO E CAPACITAÇÃO DO GT E APRESENTAÇÃO DO PMSB (PÚBLICO: GRUPOS DE TRABALHO, GESTORES, TÉCNICOS, LIDERANÇAS SOCIAIS, COMUNITÁRIAS E POLÍTICAS)

Os problemas de saneamento de uma localidade são de responsabilidade do Governo, mas também da sociedade. Partindo-se dessa premissa, a mobilização da sociedade em torno das questões de saneamento local são de extrema relevância. Porém, antes da execução das ações de mobilização, é necessário que se um momento de apresentação, aprovação e sensibilização dos sujeitos sociais para o trabalho de informação e difusão da elaboração do PMSB. Este primeiro momento terá como objetivos:

- a) Apresentar, aprovar e sensibilizar o GT para a tarefa de mobilizar a comunidade local para a participação no processo de elaboração e aprovação dos Planos Municipais e Regional do CONDOESTE, bem como definir as estratégias para o trabalho.



- b) Identificar dos atores sociais (Organizações não Governamentais - ONG's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associações, cooperativas, sindicatos, grupos organizados; Escolas; Gestores Públicos; Universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas; Movimentos sociais; Parlamentares; Técnicos e companhias de saneamento; Agentes comunitários e Setor privado);
- c) Planejar as ações de mobilização dos municípios.

- REUNIÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 1

No que diz respeito à metodologia para a formulação do diagnóstico importa saber que será de caráter participativo, ou seja, o levantamento de dados contará com pesquisa a partir de dados e informações das Prefeituras que compõem o CONDOESTE, mas também contemplará as opiniões dos moradores dos municípios, com suas observações, vivências e conhecimentos acerca das temáticas de saneamento.

De forma geral, a 1^a reunião de mobilização terá a seguinte estrutura de desenvolvimento: abertura, palestra principal, divisão de grupos, apresentação dos resultados obtidos por meio das discussões dos grupos e avaliação do evento.

No momento da chegada dos participantes em cada uma reuniões, um grupo de recepção, que será definido pela equipe técnica, se responsabilizará em: preencher um crachá com as devidas identificações de nome e segmento ao qual o participante pertence, entregar uma pasta contendo materiais afins, e uma ficha de avaliação de evento.

A lista de presença também será preenchida na chegada dos participantes, e nesta lista deverá constar nome, entidade/empresa, telefone e região/bairro. Vale destacar ainda que todo o evento será registrado em ata de



responsabilidade do Serviço Social da UFES, filmado e fotografado como forma de respaldo, sobre algumas sugestões a serem inseridas no PMSB.

Por ser o primeiro momento de contato e maior participação das comunidades na elaboração do PMSB, esta se propõe a criar uma ambição onde os municípios tenham acesso às informações básicas acerca do Plano, seus impactos, possibilidades e desafios.

Além desta primeira apresentação a ser desenvolvida pela equipe técnica por meio de explanação didática e com uma linguagem acessível, o objetivo principal será o de promover um espaço de escuta apurada e sistematização das contribuições da comunidade para a elaboração dos diagnósticos técnicos, de modo a complementar as informações do ponto de vista dos moradores que conhecem as reais demandas e principais gargalos na política de saneamento dos municípios.

Pressupõe-se ainda, que este olhar apure a leitura técnica para os impactos e consequências da ausência de uma política de saneamento no cotidiano da população, ajudando assim a definir as prioridades de ações e seus possíveis desdobramentos futuros. Esta introdução dos conteúdos acerca do Plano será de responsabilidade do coordenador técnico da equipe do PMSB.

Desse modo, além da apresentação inicial das informações gerais acerca da elaboração dos Planos Municipais e Regional do CONDOESTE, será destacado pelo profissional de serviço social os aspectos que envolvem a importância da participação social preconizada no Estatuto das Cidades e na legislação que orienta a elaboração do PMSB, tendo em vista a representatividade e a participação dos sujeitos que buscam superar as profundas desigualdades socioterritoriais que ocorrem na cidade, onde a população é via de regra, o sujeito ausente na definição dos rumos das políticas urbanas.



Estes profissionais apresentarão ainda a proposta metodológica de elaboração de Biomapas, como uma ferramenta importante para localizar e subsidiar os estudos sobre a realidade local.

É uma metodologia participativa utilizada na etapa de sensibilização, diagnóstico, planejamento e gestão das ações em uma determinada localidade. Consiste na elaboração de mapas com a participação e o conhecimento da comunidade, do governo local e de técnicos para identificar e entender os vários elementos biofísicos e socioculturais de um determinado ambiente. Como este mapeamento está baseado nas inter-relações do ambiente com as atividades humanas, a comunidade passa a se identificar cada vez mais com seu entorno, permitindo uma maior percepção dos impactos diretos e indiretos que suas ações causam no meio.

É um documento legítimo de informação e planejamento de um determinado local, o que contribui para a tomada de decisões consensuais entre a comunidade e outras organizações públicas ou privadas. (BRASIL, 2009, p.89)

Para isso, a coordenação da mobilização apresentará de forma clara, motivadora e estimulante, o roteiro de questões que nortearão o debate. Neste momento, é importante enfatizar os objetivos propostos e os limites do PMSB, de modo a focar o debate nas questões norteadoras para evitar dispersão do tema e consecução do objetivo da audiência.

Para a construção do mapa é importante que os técnicos das respectivas áreas se façam presentes para espacializar devidamente e traduzir em legenda as informações indicadas pelos moradores. Para isso, o grupo poderá destacar dentre os participantes um ou dois moradores que tenham conhecimento “geográfico espacial” do território para auxiliar o trabalho de marcação do mapa. Para cada tema, será desenhado de forma participativa o seu respectivo mapa.

De modo a garantir a sistematização de todo processo, será destacado um membro da equipe responsável pelo registro de todas as falas e apontamentos



da população, de modo a expressar na linguagem escrita os as indicações que ora serão especializadas. A agilidade e fidelidade no registro das falas é fundamental, pois deste relato sairão as bases para a integração da leitura da comunidade com as leituras técnicas (o ideal que haja ainda o registro fotográfico e a filmagem ou gravação da audiência).

Ao final de cada mapa, os moradores deverão indicar as prioridades de ação, tendo em vista as situações mais importantes listadas anteriormente. Estas deverão ser também registradas com destaque.

Para assegurar a abordagem mais completa possível dos temas em questão sugerimos o seguinte roteiro:

Tema 1: Água potável (Marcar no mapa sempre que possível, a ocorrência com o número da questão, indicando a situação e nome da localidade)

- a) Na região todas as residências estão ligados à rede pública de abastecimento de água potável? Se não onde se concentra a ausência do serviço?
- b) Como avaliam a qualidade da água fornecida?
- c) Há uma frequência e regularidade neste abastecimento? Quando há falta de água como a mesma é provida durante a falha no abastecimento?
- d) Existe alguma localidade que o serviço não chega, como os moradores conseguem a água, existem outras formas de abastecimento? Quais (poços artesianos, cisternas, barragens, cacimbas)?
- e) Como garantem a qualidade possível nessas formas alternativas? Tem acompanhamento da operadora dos serviços? Que tipo?
- f) Na comunidade, há captação de água de chuva? São tomados os cuidados sanitários necessários à sua utilização? Como a água é guardada?
- g) Existem ligações clandestinas de fornecimento de água? Como são feitas? É um comportamento usual na comunidade?
- h) A população tem conhecimento do processo (sistema do SAAE), que a água percorre até chegar às suas casas? Como esta informação chegou à população?



- i) Conhecem a fonte de abastecimento da localidade (rios, córregos, represas, nascentes, etc)? Como é preservada?
- j) A população percebe se há alguma doença motivada pela qualidade da água? Quais doenças, público mais atingido e onde se concentra?
- k) E para os animais existe proliferação de alguma doença?
- l) Houve alguma mudança em relação à qualidade/quantidade desta fonte de abastecimento? Motivos.
- m) Quando há algum problema no abastecimento de água, você sabe a quem solicitar? O atendimento é rápido?
- n) A companhia responsável pelo abastecimento realiza avaliação periódica da qualidade do serviço? Há serviços de manutenção da infraestrutura de abastecimento de água? De quanto em quanto tempo o serviço é realizado?
- o) A cobrança da tarifa é justa? Todos podem pagar por ela? Houve aumento de preços nos últimos anos?

Apontar entre 03 e 05 questões mais importantes de serem superadas neste item (prioridades para o PMSB).

TEMA 2: ESGOTO (Marcar no mapa sempre que possível a ocorrência com o número da questão, indicando a situação e nome da localidade)

- a) Existe na região, rede pública de esgoto? Os domicílios da comunidade estão ligados à rede? Se não, onde se concentram? Quais os motivos e impedimentos que limitam o atendimento da comunidade?
- b) Na maioria dos imóveis, para onde é destinado o esgoto no caso da ausência da rede? Existem áreas e domicílios com esgoto a céu aberto e em vias públicas? Onde se localizam? Há ocorrência da existência de fossas individuais? Qual o tipo de fossa? (Seca, estanque, de fermentação, química ou outro tipo)? Onde se concentram? Existe lançamento o esgoto diretamente nos rios, lagos e mares?



- c) Têm conhecimento de casa sem banheiros? Onde se concentram e qual é a alternativa dos moradores (casinhas ou a céu aberto)? Existem domicílios que têm banheiros fora da casa? Qual o tipo?
- d) Como é realizado o tratamento do esgoto na região?
- e) Há casos em que os sistemas de esgoto sanitário e a drenagem das águas pluviais são realizados conjuntamente?
- f) Há lançamento clandestino de efluente industrial na rede coletora de esgoto sanitário? Onde? Que tipo de material?
- g) Como a população sofre os impactos da deficiência ou ausência da rede de esgoto? Há casos de doenças e contaminação das pessoas e dos animais? Quais e onde se concentram?
- h) A população conhece os riscos ambientais, há alguma organização para enfrentar estes problemas?

Apontar entre 03 e 05 questões mais importantes de serem superadas neste item (prioridades para o PMSB).

TEMA 3: SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS (Marcar no mapa sempre que possível a ocorrência com o número da questão, indicando a situação e nome da localidade)

- a) Como é escoada as águas das chuvas na região (valas, boca de lobo, rede ou fluxo natural)? Para onde essa água é direcionada? Existem obstáculos no percurso do escoamento das águas de chuvas? Quais são?
- b) Em seu trajeto ela causa algum dano às vias públicas? Existem processos erosivos em sua decorrência? Onde se localizam? Indicar os pontos de assoreamento nos rios e vias de drenagem?
- c) Nas áreas urbanas, as vias públicas são excessivamente impermeabilizadas (asfalto ou outro tipo de recapeamento das vias)? Em geral, os quintais das residências são impermeabilizados?
- d) Existem áreas verdes onde a água da chuva possa infiltrar naturalmente? Existem áreas verdes que proporcionem a infiltração da água da chuva?



- e) Como é a limpeza e manutenção da rede de drenagem (bueiros, galerias, rios, etc)?
- f) Como a população tem percebido os impactos das chuvas nos últimos anos? Houve mudanças na ocorrência de alagamentos? Motivos e localização dos problemas.

Apontar entre 03 e 05 questões mais importantes de serem superadas neste item (prioridades para o PMSB).

TEMA 4: COLETA DE LIXO E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

- a) Em média, quantos sacos de lixo são produzidos por dia e por pessoa nos domicílios?
- b) Há coleta de lixo na comunidade? É feita de porta em porta? Qual a periodicidade da operação?
- c) Quantos domicílios não têm coleta? Onde estão os maiores déficits? Qual a destinação nesse caso?
- d) O comércio local utiliza contêineres? A quantidade é suficiente?
- e) Existem lixeiras espalhadas pela cidade? O número existente atende as demandas da população? A disposição das lixeiras cobre toda a comunidade?
- f) Existe coleta nas áreas mais aglomeradas? Como é feita? Em que periodicidade? Atende a demanda?
- g) Para onde vai o resíduo sólido produzido na comunidade? Existe lixão no município, ou vai para algum tipo de aterro controlado ou sanitário? Existem pontos viciados?
- h) Existem pessoas vivendo da segregação e aproveitamento do lixo nesses locais? Como são as condições de trabalho? E cooperativas de catadores de lixo?
- i) Existe serviço de coleta seletiva? Qual a destinação dada ao material coletado? Há algum tipo de aproveitamento ou reciclagem do lixo produzido na comunidade?



- j) Qual a destinação final do lixo orgânico produzido? Algum tipo de compostagem é feita? Há ocorrência de lixo queimado no quintal ou em incineradores? Existe lixo sendo jogado diretamente nos rios, lagos e mares? Há pontos de coleta para materiais especiais, como pilhas e baterias?
- k) Existem problemas com mosquitos, ratos e baratas na região?

Finalização da Reunião de Mobilização 1:

Avaliação entre os presentes (franquear a palavra para breves considerações a serem registradas) e mobilizar os mesmos para participação da Audiência Pública 2 de apresentação do Plano.

REUNIÃO DE MOBILIZAÇÃO 2 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

No que diz respeito à Audiência de Mobilização 02, que acontecerá na Sede dos municípios do CONDOESTE, serão inseridas as propostas elencadas na audiência 1 e os resultados dos estudos técnicos que deram subsídio para a elaboração do Projeto de Lei. Os apontamentos serão registrados e debatidos no sentido extrair da Audiência elementos que aperfeiçoem o PMSB e fortaleça o seu aspecto democrático de construção. Serão utilizados recursos de Datashow para a apresentação da Minuta do Projeto de Lei do PMSB, etapa de responsabilidade do Engenheiro Sênior Coordenador do PMSB, Dr. Renato Ribeiro Siman.

SOBRE A DIVULGAÇÃO DAS REUNIÕES E AUDIÊNCIA PÚBLICA

Com o intuito de ouvir toda a sociedade civil organizada e segmentos envolvidos, as chamadas para as reuniões e audiências públicas, ficarão sob a responsabilidade do gestor e do GT, deverão ser amplamente divulgadas em todo município, com a utilização das seguintes ferramentas:



- a) Distribuição de panfletos, elaborado pela equipe da UFES, a serem preenchidos pelo GT com dados dos municípios que compõem o CONDOESTE;
- b) Divulgação por meio da Rádio comunitária local, realizada por um representante indicado pela administração do Consórcio, que ressaltará a importância do PMSB e convidará a sociedade a participar dele;
- c) Sonorização volante, com uma gravação convidando a sociedade.
- d) Inserção de matérias em jornais e sites
- e) Reuniões em conselhos, equipe do PSF e CRAS, escolas, etc

Outras formas de convite de entidades e segmentos dos municípios à participação nas audiências públicas se darão por:

- a) Convocação nos Conselhos Municipais à indicação de membros para participar;
- b) Encaminhamento de ofícios/convites para as Associações de Moradores, ONG's, Empresas;
- c) Encaminhamento de ofícios/convites a partir do banco de dados da Prefeitura;
- d) Convite das agentes de saúde às famílias referenciadas no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social dos municípios que compõem o CONDOESTE;
- e) Convocação de apoio técnico, que estarão disponíveis durante as Audiências Públicas para prestar informações adicionais demandadas pelos presentes, em especial no momento da formação de grupo de discussão após as apresentações;
- f) Convocação das Entidades religiosas; e
- g) Convocação dos Legislativos Municipais.



6. CRONOGRAMA DAS REUNIÕES E ADIÊNCIAS

Todas as etapas das realizações das reuniões e Audiências Pública seguirão um cronograma, seguindo o Termo de Referência (CONDOESTE, 2013). Esses eventos serão divididos por municípios “vizinhos”, conforme discriminado no Quadro 1.

Quadro 1 – Cronograma das reuniões de mobilização.

MUNICÍPIO	DATA	HORÁRIO	LOCAL E ENDEREÇO
Afonso Cláudio (M)	02/07	18:00	Universidade Aberta do Brasil, Polo Afonso Cláudio, Antiga POLICLÍNICA.
Laranja da Terra	03/07	15:00	Via São Luiz de Miranda- Laranja da Terra, E.S. OBS: Ao lado da Unidade mista São João Batista. Local: CRAS.
Itarana	10/07	18:00	Auditório da Escola Luiza Grimaldi, Praça Ginásio Poliesportivo.
Itaguacu	09/07	18:00	Rua Cl. Marcondes de Souza, s/n, Centro, Teatro Municipal.
São Roque do Canaã	23/07	18:30	CRAS, Rua Lourenço Roldi, Bairro São Roquinho, CEP: 29665000, São Roque do Canaã.
Colatina (G)	24/07	18:30	Auditório do SANEAR, Rua Benjamim Costa, nº105. Em frente à delegacia.
Marilândia	30/07	18:00	E.E.E.F.M Padre Antônio Volkers/ Av. Dom Bosco, Centro.



Governador Lindemberg	31/07	18:00	Auditório CRAS, Bairro Bela Vista, Centro. Governador Lindemberg, próximo ao Ginásio de Esportes.
São Domingos do Norte	1º/08	9:00	Prefeitura Municipal, Auditório. Bairro Emilio Caligare. Rodovia Gether Lopes Faria.
Baixo Guandu (M)	11/07	8:00	Salão Paroquial da Igreja Católica: Praça São Pedro.
Alto Rio Novo	06/08	18:00	Casa do Idoso . Rua José Luiz Soares, Chácara São João.
Pancas (M)	07/08	18:00	Auditório da Secretaria de Educação, Rua Pichara Brandão Silly, Centro. CEP: 29750000
Mantenópolis	08/08	8:30	Auditório da Universidade Aberta do Brasil, Rua Tiradentes, s/n
Águia Branca	11/08	18:00	Câmara de Vereadores, Praça Três Poderes.
São Gabriel da Palha (M)	12/08	18:00	Praça Aurélio Bachanelo, Av. Presidente Castelo Branco. Centro. Centro de Eventos.
Vila Valério	13/08	9:00	Auditório CRAS, 996339570



7. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Como estratégia constante de participação e canal de interlocução entre a população os GTs e demais interessados, o LAGESA da UFES está em fase final de aprovação do site LAGESA, no domínio do Portal da UFES até o mês de setembro de 2015, onde serão disponibilizados os diagnósticos e demais produções relacionadas ao convênio. Nesta fase de construção e ajustes pela coordenação e equipe, o mesmo está provisoriamente hospedado em (não deve-se portanto, avaliar o seu conteúdo, pois está na fase de ajustes no layout: <http://www.higorferraco.com.br/lagesa/>).

8. RESULTADOS ESPERADOS

Com base nos dados coletados sociedade e poder público, poderão discutir medidas eficazes, visando à implementação das melhorias nos serviços oferecidos, assim como definir a responsabilidade dos atores envolvidos, com vistas a universalizar o acesso aos serviços. Portanto, a partir desse processo, a garantia de qualidade e suficiência no suprimento, bem como melhores condições de vida à população e das condições ambientais serão uma realidade mais concreta aos municípios dos municípios que compõem o CONDOESTE.

É de extrema relevância que o PMSB dialogue com a educação ambiental e sanitária, sendo assim, espera-se que as prefeituras incentivem a sensibilização e reflexão das questões ambientais e sanitárias para reflexão do problema tanto no processo de discussão do Plano, quanto no de execução. Afinal, para que a população reveja seus hábitos e práticas e os readequem, se for o caso, e esteja receptível e consciente das novas tecnologias implementadas, é necessário que exista um trabalho de educação ambiental e sanitária.



Espera-se ainda, que com a mobilização social e as questões advindas dela, como as percepções e opiniões dos moradores, assim como os diagnósticos previstos no Plano, se efetivem na implementação de práticas e tecnologias adequadas à realidade local, com a mitigação de eventuais impactos ambientais e à saúde. Dito de outra forma visa-se que a mobilização exerça uma conscientização da população e dos políticos para uma melhora da qualidade de vida local.

Outro resultado esperado desse processo participativo, que é a mobilização social, é a construção de um cenário em que a população emerja como atores efetivos, protagonistas na identificação de problemas e proposição de soluções.



9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. PRADO, Tânia Bigosi do. **Estudo sobre a Gestão pública e participação social na Cidade de Vitória – Agenda Vitória (2008-2028).** Vitória: PMV/SEGES, 2008. Disponível em <www.vitoria.es.gov.br/agendavitoria>. Acesso em Maio de 2009.

BRASIL. **Estatuto da Cidade.** Lei 10.257, de julho de 2001. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Considerações sobre a democracia e obstáculos à sua concretização.** In TEIXEIRA, Ana Claudia. **Os sentidos da democracia e da participação.** São Paulo: Pólis, 2005.

FERRAZ, Ana Targina R. **Cenários da participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 88 nov, 2006.

LEFREBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **O Direito à Cidade.** 5 ed. São Paulo: Centauro, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Termo de Referência para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de CONDOESTE. Documento Anexo ao Processo Administrativo nº 2741/2013.

SILVA, Ademir. **A gestão da seguridade social brasileira.** São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA. Jeane Andréia Ferraz Silva. **Sociedade Civil e Conselhos de Assistência Social:** contradição entre o adensamento e o esvaziamento da participação. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Sociais. Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2005.